

Juros flutuantes, um desafio que ameaça destruir o PMDB e o PFL.

Stephen Charles Kanitz

Os banqueiros norte-americanos poderão ficar tranquilos: o Brasil não precisará de US\$ 4 bilhões de dinheiro novo para fechar as contas internacionais.

O que o Brasil gostaria é de ter os US\$ 4 bilhões velhos pagos em 1984, de volta, referentes à inflação norte-americana de 4%. Por quê?

Porque na prime rate estão incluídas duas parcelas — juros reais ou os verdadeiros juros e a inflação norte-americana, que nós brasileiros sabemos distinguir muito bem como correção monetária. E todo financista brasileiro e norte-americano sabe que correção monetária se paga no vencimento da dívida, daqui uns 10 anos, e não no vencimento dos juros.

Os bancos norte-americanos estão carecas de saber disso, tanto que o reconhecem como front loading effect of inflation, ou seja, que os países estão pagando antecipadamente o principal da dívida.

O IV PND sugere que se mantenha a dívida externa constante em termos reais, que ela nem cresça nem diminua. Este é inclusive o acordo já acertado com os bancos internacionais, de que o Brasil não precisará amortizar a dívida nos próximos anos, e só deve concentrar-se em pagar os juros, com boa folga.

Só que, como aponta o ministro do Planejamento, João Sayad, estamos saldando a dívida se pagarmos mais do que o juro real. E 104 bilhões em dólares de 1985 são uns 4 bilhões a menos do que 104 bilhões em dólares de 1984. Aliás, o Brasil já pagou uns US\$ 30 bilhões antecipadamente nos últimos cinco anos.

Só que até semana passada nenhum ministro havia declarado que o Brasil conheça este efeito financeiro. A declaração do ministro Sayad foi oportuna no sentido de mostrar que não somos bobos em matéria de finanças em regimes inflacionários.

O Banco Central, obviamente, não pode ser muito duro porque tem de negociar numa boa. Mas alguém tem que assumir uma posição mais dura dentro do governo, inclusive para dar mais força à equipe que negocia.

É uma tática de negociação deixar bem claro que existe uma outra

equipe de negociação mais radical, ávida para assumir o poder se as negociações não saírem a contento. O que pode parecer uma briga de foice é na realidade boa tática negociacional.

Ajuda muito mostrar à opinião pública mundial que o problema da dívida é a inflação americana e não a inflação brasileira. Pedir que em vez da capitalização os bancos retornem amigavelmente ao front loading é um bom início para a Nova República. Se recusarem, mostrarão duplamente a má fé financeira.

Mas a dívida jamais será resolvida se o Brasil não discutir a substituição do sistema de juros flutuantes por um sistema de juros fixos ou pelo menos predeterminados. A Velha República contratou praticamente 80% da dívida com cláusulas que obrigam o Brasil a pagar a cada seis meses a prime rate, qualquer que seja a taxa. Se a prime subir para 30%, esta é a taxa que teremos de pagar, um verdadeiro cheque em branco em termos de juros.

Ou o PMDB e o PFL se conscientizam de que precisam imediatamente mudar a conduta da negociação ou eles se arriscam a serem destruídos politicamente. Em vez de ficar negociando maiores prazos e menores spreads, precisamos deixar claro que não podemos, política e financeiramente, nos comprometer a pagar a prime, qualquer que ela seja.

Dívida tem de ser líquida e certa, e para isso os juros reais precisam ser prefixados.

Caso contrário, o PMDB e o PFL, após pedirem o sacrifício do povo em 1985 e 1986, poderão defrontar-se com uma prime rate em 1987 de 15% ao ano, ou seja, ficaremos na estaca zero em termos de superávit, e a economia na mesma. Isso seria a liquidação total desses dois partidos.

Portanto, os partidos da Aliança Democrática simplesmente não podem correr esse tremendo risco político de ficar torcendo para que a prime não suba nos próximos anos, aniquilando qualquer conquista econômica duramente alcançada. Seria o suicídio político de ambos. Ou o Brasil acaba com o sistema de juros em aberto, ou o sistema de juros em aberto acaba com o Brasil.

A Centralsul processa o Bankamerica

A Centralsul está exigindo na Justiça dos EUA indenização de US\$ 150 milhões, do Bankamerica Internacional, por desvios que a própria empresa brasileira realizou através da conta clandestina que tinha numa agência daquele banco.

Durante cerca de quatro anos, a Centralsul movimentou essa conta, com exportações irregulares que totalizaram US\$ 350 milhões e eram cobradas diretamente aos importadores, e não através dos bancos, como seria normal nesses casos.